



FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática – N.º 9 (2021)

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

Ana Paula Silva

Índices

Carlos Silva Moura, Diana Martins, João Costa e Pedro Pinto

Imagem de capa

Bibliothèque nationale de France, Ms. Français 20485, f. 92



SUMÁRIO

Editorial, p. 7
João Alves Dias

Imagem da capa: Uma carta de Lopo de Almeida a Luís XI, Rei de França, em 1465, p. 9
Pedro Pinto

ESTUDOS

Pernoitar fora de casa nos confins da Idade Média, p. 15
Iria Gonçalves

A presença da cortiça no património construído da Ordem de Avis, em terras do Alto Alentejo, no início da Idade Moderna, p. 51
Ângela Beirante

MONUMENTA HISTORICA

António Castro Henriques, Diana Martins, Inês Olaia, Pedro Pinto, João Costa, João Nisa, Catarina Rosa, Margarida Contreiras, Ana Catarina Soares, Maria Teresa Oliveira, Rui Queirós de Faria, Diogo Reis Pereira, Carlos Silva Moura, Pedro Simões, Alexandre Monteiro, Ana Isabel Lopes

A ordem dos documentos desta secção encontra-se nas páginas seguintes (4 a 6)

ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 283

MONUMENTA HISTORICA – Ordenação da documentação

Foral outorgado por Gomes Lopes, prior do Mosteiro de São Jorge de Coimbra, a Galizes (1260), p. 87

Carta de D. Dinis ao juiz e concelho de Penacova sobre o pagamento da colheita pelo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1290), p. 89

Carta de D. Dinis ao meirinho-mor de Além-Douro para controlo de violência dos fidalgos (1293), p. 91

Carta de D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, contendo o traslado de escrituras relativas à sentença exarada contra Miguel Lourenço, carpinteiro, por não viver maritalmente com a sua mulher (1304), p. 93

Carta de D. Dinis de revisão do foro a pagar pelo concelho de Abiul (1308), p. 97

Carta de D. Afonso IV de privilégio ao Mosteiro de São Domingos de Santarém (1328), p. 99

Carta de D. Afonso IV concedendo privilégio ao convento do Mosteiro de Santa Ana das Celas da Ponte de Coimbra (1334), p. 101

Carta de D. Afonso IV concedendo privilégio à igreja de São Cristóvão de Coimbra (1334), p. 103

Treslado de carta de D. Afonso IV com instruções para averiguação de queixas de sobretaxamento no Entre Douro e Minho (1335), p. 105

Inventário e descrição do conteúdo de duas arcas (uma contendo livros) pertencentes à Irmandade dos Clérigos Ricos de Lisboa (1382), p. 107

Instrumento público de trespasse de aforamento de umas vinhas em Óbidos entre Álvaro Vasques e Vasco Gil (1417), p. 111

Privilégio e ordenança dos besteiros de cavalo (1419), p. 113

Escambo que Fernão Gil, tesoureiro do Infante D. Duarte, fez das casas da judiaria, com a vinha e olival, que foi de João Vicente, moedeiro (1433), p. 117

Fragmento de livro de despesas de Martim Zapata, tesoureiro-mor em Lisboa (1440), p. 123

Instrumento público de codicilo ao testamento de Leonor Gonçalves da Silveira (1441), p. 129

Carta de venda de metade de uma casa situada na judiaria do Olival, no Porto, junto ao Mosteiro de São Domingos (1445), p. 133

Venda de Violante da Silveira a Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade régia, de bens em Évora (1449), p. 137

Carta de D. Afonso V ao Conde de Benavente (1451), p. 141

Confirmação da doação que fizeram Isaac de Braga e Missol, judeus habitantes em Arrifana de Sousa, a D. Isabel de Sousa (1456), p. 143

Traslado quinhentista do contrato que a Câmara de Évora fez da administração da aposentadoria de Évora com os mesteres (1464), p. 147

Certidão da Infante D. Beatriz sobre as menagens dos alcaides das fortalezas pertencentes a D. Diogo, Duque de Viseu, seu filho (1481), p. 155

Carta de Santarém a D. João II sobre a morte do príncipe D. Afonso [1491], p. 163

Contrato de casamento de D. Maria de Meneses com Rui Gomes da Grã (1493), p. 165

Codicilo ao testamento de D. Gonçalo de Castelo Branco (1493), p. 169

Instruções dadas por D. Jorge da Costa, Cardeal de Portugal, em Roma, a Francisco Fernandes, que enviava a D. Manuel I, rei de Portugal (1496), p. 173

Partilha de bens por morte de Maria de Sousa, Baronesa de Alvito (1499), p. 177

Caderno de matrícula das ordens sacras concedidas em Tomar (1501-1544), p. 183

Carta de foral novo do Rei D. Manuel I ao concelho de Castelo Novo (1510), p. 215

Carta de Álvaro Vaz queixando-se ao rei da opressão que o corregedor de Tavira causara aos moradores da dita cidade (1517), p. 227

Nomeação de Afonso Homem como recebedor das terças da comarca de Trás-os-Montes (1517), p. 231

Notícias várias do reinado de D. João III e D. Sebastião [1521-1572], p. 233

Carta de sentença e quitação do Cardeal de Lisboa, o Infante D. Afonso [II], relativamente a uma contenda entre o bacharel Tomé Fernandes e D. Francisco de Castelo Branco sobre a execução do testamento da condessa, sua mãe (1529), p. 241

Carta de D. João III ao capitão de Ormuz D. Pedro de Castelo Branco sobre a ameaça dos turcos (1537), p. 243

Mandado de D. João III a Sebastião de Moraes para pagar a Fernão de Pina, cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, até à quantia de 300 cruzados aos escrivães que trasladavam livros e escrituras (1538), p. 245

Carta de D. João III ao capitão de Ormuz D. Pedro de Castelo Branco agradecendo os seus serviços (1542), p. 247

Carta sobre a defesa do castelo de Viana [1614-1625], p. 249

Parecer do Conselho da Fazenda sobre o naufrágio de uma nau holandesa em Melides (1626), p. 253

Lista de despesas do embaixador de Portugal em Roma [post. 1640], p. 255

Instruções públicas de D. João IV a D. João de Meneses, embaixador na Holanda (1650), p. 259

Instruções privadas de D. João IV a D. João de Meneses, embaixador na Holanda (1650), p. 263

Carta de D. Maria I nomeando o professor régio Luiz dos Santos Vilhena para a cadeira de língua grega na Bahia (1787), p. 273

Memória sobre o modo mais vantajoso de remediar os inconvenientes das presas de água para regar os campos, fazer os rios navegáveis, prevenir o seu areamento, profundar os portos de mar, e outros usos [c. 1794-1808], p. 275

Relação do que foi destruído pelos franceses no cartório da câmara de Penamacor (1816), p. 281

IMAGEM DA CAPA

Uma carta de Lopo de Almeida a Luís XI, Rei de França, em 1465

Pedro Pinto
Centro de Estudos Históricos
CHAM – Centro de Humanidades
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas FCSH
Universidade NOVA de Lisboa
1069-061 Lisboa

De Lopo de Almeida já se escreveu muito, sobretudo sobre as suas famosas cartas escritas de Itália em 1452, aquando da viagem feita para entregar D. Leonor ao Imperador Frederico III da Alemanha.¹ Tendo tido uma carreira de décadas de serviço à Coroa, encarregado de várias missões e cargos, seria expectável encontrar mais vestígios da sua correspondência epistolar, quer activa quer passiva, o que não é o caso, exceptuando as aludidas cartas (ainda que sempre em cópias).²

A figura da capa neste número da *Fragmenta Historica* contém uma singela carta autógrafa de Lopo de Almeida dirigida em 1465 a Luís XI, Rei de França.³ Trata-se, tanto quanto se sabe, do único testemunho da sua escrita, uma gótica cursiva veloz personalizada. Ainda que não sendo comparável ao teor das *Cartas de Itália* nem trazendo grandes novidades, dado que não é possível aceder totalmente ao seu conteúdo (a carta está em péssimo estado de conservação, aparada em parte, corroída pela passagem do tempo e com muitas letras e palavras delidas), é ainda assim um testemunho singular que merece ser divulgado.

¹ A bibliografia sobre este assunto é abundante e, por isso, vejamo-nos, por todos, Arthur L-F. Askins, Martha E. Schaffer e Harvey L. Sharrer, “A New Set of *Cartas de Itália* to Afonso V of Portugal from Lopo de Almeida and Luís Gonçalves Malafaia”, in *Romance Philology*, Vol. 57, 2003-2004, pp. 71-88 e Maria Helena da Cruz Coelho, *D. Leonor de Portugal: a imperatriz, 1434-1467*, Vila do Conde, QuidNovi, 2011.

² No Arquivo da Casa de Abrantes nada se encontra. A maior parte do arquivo está na Torre do Tombo, com partes significativas dispersas em outras instituições, como a Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Municipal de Abrantes e Centro de Estudos Históricos (Universidade Nova de Lisboa), além de peças na posse de colecionadores particulares, sendo recorrente o aparecimento à venda em leilões de documentos avulsos do arquivo.

³ BNF, Français 20485, f. 92-92v. No catálogo que Joseph Vaesen preparou desta colecção, a carta tem o n.º de registo 1175 com o seguinte sumário: “Lettre à Louis XI? (en portugais) *à peu près illisible*. C92” (Joseph Vaesen, “Catalogue du fonds Bourré à la Bibliothèque nationale (Suite)”, in *Bibliothèque de l’École des chartes*, Vol. 46, 1885, p. 294).

A carta, redigida no Crato, a 25 de Março de 1465, pertenceu à colecção de papéis de Jean Bourré, secretário do Rei de França⁴, hoje parte do espólio da Bibliothèque nationale de France, tendo escapado, em virtude da sua muito recôndita localização, aos vários recenseamentos de documentação relativa a Portugal efectuados naquela biblioteca.⁵

Figura próxima do Rei, Lopo de Almeida era filho de Diogo Fernandes de Almeida (irmão de D. Fernando da Guerra, Arcebispo de Braga) e de Beatriz Eanes. Seu pai fora vedor da fazenda e membro do Conselho do Rei D. Afonso V desde 1439, e seu avô, Fernão Álvares, freire da Ordem de Avis, fora vedor da casa do Mestre, futuro Rei D. João I. Lopo de Almeida herdaria de seus avoengos vários rendimentos fruto de concessões régias, com particular incidência na região de Abrantes, além do cargo de vedor da Fazenda Real, que exerceu, pelo menos, desde 1446. Seguiram-se-lhe, por relevantes serviços prestados à Coroa, várias tenças, além de doações de bens e direitos de outras vilas e a mercê de membro do Conselho do Rei.⁶ Entre estes serviços, até 1465, destaque-se a sua participação nas campanhas militares contra o Prior do Crato em dezembro de 1440; num ataque contra o mestre da Ordem de Alcântara, em Badajoz, em 1441; na expedição de ajuda ao Condestável D. Álvaro de Luna, em 1445; na batalha de Alfarrobeira, ao lado do Rei, em 1449; no já aludido acompanhamento de D. Leonor, irmã do Rei, a Itália, para o consórcio com o Imperador Frederico III da Alemanha, em 1451-1452; na conquista de Alcácer Ceguer e embaixada frustrada ao Rei de Fez, em 1458; na participação na embaixada enviada às vistas de Fuenterrabía (Catalunha), em 1463; e na fracassada incursão na serra de Benacofú, no Norte de África, em 1464.⁷

A carta é curta: sem o contexto de outra documentação conexa, dado que manifestamente se inseria numa troca de correspondência num canal privilegiado com a corte francesa, não permite retirar grandes ilações. A escolha pelo idioma português, e não o latim, é invulgar mas não caso único no que toca à região transpirenaica neste período. Além disso, uma carta dirigida a um soberano tinha um carácter quase público, na medida em que seria lida ou acedida por oficiais dessa corte. Apesar de ter o Rei como destinatário, seria naturalmente intermediada por alguém na corte francesa que pudesse traduzir o seu conteúdo ou transmitir a sua súplica.⁸

Relevemos alguns pormenores da carta. Em primeiro lugar, é possível supor que Lopo de Almeida a redigisse ao acompanhar o Rei D. Afonso V na sua jornada ao Alto Alentejo em finais de 1464 e primeira metade de 1465. A carta foi escrita da vila do Crato, em 25 de Março de 1465, estando comprovada a presença do monarca no Crato em 15 e 19 desse mês, passando depois a Portalegre no dia 20, e a Avis no dia 25 de Março, onde terá ficado até finais de Abril.⁹

Depois de uma saudação protocolar inicial, a carta apresenta como justificação mais próxima a recepção por Lopo de Almeida de uma carta remetida por um dos secretários de Luís XI, do qual apenas se discerne o primeiro nome, Pierre, não tendo sido possível identificar definitivamente a sua identidade.¹⁰ Contudo, essa carta notificava Lopo de Almeida da boa vontade do Rei de França face a si e ao seu filho,

⁴ Joseph Vaesen, "Notice biographique sur Jean Bourré, suivie du catalogue chronologique du fonds manuscrit de la Bibliothèque nationale auquel il a donné son nom", in *Bibliothèque de l'École des chartes*, Vol. 46, 1882, pp. 433-473.

⁵ Visconde de Santarém, *Notícia dos manuscritos pertencentes ao direito publico externo diplomatico de Portugal e à história e literatura do mesmo país, que existem na Biblioteca Real de Paris e outras da mesma capital, e nos arquivos de França*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1863; Joaquim Veríssimo Serrão, *Manuscritos portugueses ou referentes a Portugal da Biblioteca Nacional de Paris*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

⁶ O senhorio da vila de Abrantes apenas lhe seria concedido em 1471, e o título de conde de Abrantes em 1476, muito depois da redacção do documento em análise (Hermínia Vasconcelos Vilar, "A Formação dos Almeidas na Região de Abrantes no Século XV", in *Arqueologia do Estado: 1.ª Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, Vol. 1, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 331-344).

⁷ Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, pp. 699-702.

⁸ Cf. Diogo Faria, *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*, Vol. I, tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021, pp. 144, 151-152.

⁹ Saul António Gomes, *D. Afonso V: O Africano*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 252, 303.

¹⁰ O apelido deste secretário terminava, aparentemente, em "[...]que". Pierre Salacq é foneticamente o mais próximo mas Lopo de Almeida escreve "Pierre de [...]que", complicando a identificação conclusiva (André Lapeyre e Rémy Scheurer, *Les notaires et secrétaires du roi sous les règnes de Louis XI, Charles VIII et Louis XII: 1461-1515: notices personnelles et généalogies*, vol. 2, Paris, Bibliothèque nationale, 1978, pp. 31-33).

João Lopes (mais tarde conhecido por D. João de Almeida, após o seu pai ter sido elevado a Conde de Abrantes)¹¹, dando a entender uma proximidade de pai e filho com a corte francesa e o seu Rei, na alusão à possibilidade de o filho ser compadre numa cerimónia de batismo em França (as lacunas no suporte da carta não permitem esclarecer totalmente esta questão).

As relações portuguesas com a França tinham-se intensificado no século XV, tendo inclusivamente sido tentado o enlace entre a Infanta D. Leonor e o futuro Luís XI, quando este ainda era o “delfim”. No período em pauta, foi a decisão do Condestável D. Pedro de Coimbra, filho do falecido Infante D. Pedro, de assumir nos inícios de 1464 o condado de Barcelona e se autointitular Rei de Aragão (face a João II de Aragão), que tornou a posição portuguesa perante o Reino de França mais melindrosa, dados os laços de parentesco entre D. Afonso V e D. Pedro de Coimbra, e, em particular, atendendo ao tratado celebrado em 1462 entre França e Aragão, pelo qual Luís XI recebera o território do Rossilhão. O Rei de Portugal tentou persuadir o seu congénere francês logo em Abril de 1464 de que não apoiara nem apoiaria as pretensões do condestável: o foco de D. Afonso V estava no Norte de África e nos anos seguintes manobriria com perícia a relação com Luís XI de França face à sua ligação familiar ao Ducado da Borgonha, dominado por seu tio Filipe, o Bom, marido de Isabel de Portugal, o qual resistia às ambições centralizadoras de Luís XI.¹²

É, possivelmente, no contexto da resolução da questão aragonesa que o experiente cortesão Lopo de Almeida se relaciona com o Rei de França e demais membros da sua comitiva. Recorde-se que, em 1463, Lopo de Almeida, junto com o Dr. João Fernandes da Silveira, fez parte de uma das mais dispendiosas embaixadas enviadas por Afonso V fora do Reino, neste caso às conhecidas Vistas de Fuenterrabía (Guipúscoa)¹³, onde em finais de Abril esteve presente Luís XI de França para arbitrar as diferenças entre Henrique IV de Castela e João II de Aragão sobre a Catalunha.¹⁴ Esta ocasião terá permitido iniciar ou desenvolver relações privilegiadas de Lopo de Almeida com a *entourage* de Luís XI: a carta refere bastas vezes o secretário Pierre como exemplo disso. Este tipo de vínculo podia adensar-se através de cerimónias como a do convite para ser padrinho de baptismo, a que Lopo de Almeida alude logo no início da sua carta. Por exemplo, segundo um relato nobiliário da família Silveira, o Dr. João Fernandes da Silveira terá sido padrinho da Infanta D. Maria (futura mulher de D. Manuel I) em Castela no âmbito de uma embaixada em que participou no ano de 1482¹⁵, e o próprio D. Manuel I convidou o doge de Veneza para ser padrinho de seu filho D. João, aquando da realização das Cortes de 1502 em Lisboa, função que foi desempenhada pelo seu embaixador.¹⁶

Regressando à missiva, Lopo de Almeida, seguramente falando em nome de D. Afonso V, faz saber a Luís XI o quão grato o seu Rei estava com as facilidades concedidas pelo monarca francês a certos naturais de Portugal. A alusão a uma nau e a uma demanda que se lhe seguiu, bem como a um privilégio que foi concedido a esses portugueses por Luís XI, pode indiciar um episódio de corso. Falta-nos mais informação de contexto, sendo certo que mais à frente no ano, um claro episódio de corso teve mesmo lugar,

¹¹ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. II, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, pp. 354-355.

¹² Joaquim Veríssimo Serrão, *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, pp. 78-88.

¹³ Nas fontes portuguesas, também são descritas como Vistas de São João de Luz (Saint-Jean-de-Luz), localidade próxima de Fuenterrabía. Lopo de Almeida foi acompanhado do Dr. João Fernandes da Silveira, futuro Barão de Alvito (Diana Martins e Pedro Pinto, “Apontamentos de natureza histórica e genealógica sobre João Fernandes da Silveira, Barão do Alvito, com resumos de escrituras existentes no seu cartório [post. 1659]”, in *Fragmenta Historica*, N.º 7, 2019, p. 243)

¹⁴ José-Luís Martín, *Enrique IV de Castilla: Rey de Navarra, Príncipe de Cataluña*, Hondarribia, Nerea, 2003, pp. 126-129; Diogo Faria, *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*, op.cit., pp. 337-339.

¹⁵ Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 838 (Nobiliário histórico da família de Silveiras Lobos, por D. Luís Lobo da Silveira, n. 1640- m. 1706), f. 359: “Emquanto esta carta foi fes El Rey de Castella a socorro d’Alfama que se veo acordar donde o Barão esperou pella Rainha que andava em dias de parir e de Medina foi a Toledo e ahi pario a Infanta D. Maria no proprio anno e depois de convalenssia se foi a Rainha a Cordova e a Infanta foi baptizada por Dom [espaço em branco] Bispo daquela cidade e o Barão foi seu padrinho esta Infanta Dona Maria foi depois Rainha de Portugal mulher del Rey Dom Manoel que não acho eu que nenhum fidalgo Portugues haja cido padrinho de nenhũa Princeza estrangeira que depois Rainha de Portugal” (agradeço a Diogo Faria a partilha desta informação e outras sugestões pertinentes).

¹⁶ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, ed. João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2001, pp. 11-12.

sendo a reação do Rei de França diametralmente oposta, num sinal evidente da volatilidade das relações franco-portuguesas neste período.¹⁷

Aliás, Lopo de Almeida alude às novas das revoltas em Aragão e a um iminente confronto entre os partidos em conflito, numa altura em que era já evidente o declínio da posição militar do Condestável D. Pedro.¹⁸

Quanto a notícias do Reino de Portugal que pudessem interessar a Luís XI, Lopo de Almeida destaca em primeiro lugar o tema das conquistas em África. Em 1458, o Rei participara na bem-sucedida conquista de Alcácer Ceguer e nos anos seguintes continuaria a querer aumentar a dimensão do seu domínio além-mar. Em finais de 1463, lançou uma expedição militar contra Tânger, mas fracassaria rotundamente, regressando ao Reino no final da primavera de 1464. Lopo de Almeida tenta combater essa recente imagem negativa: a guerra contra os muçulmanos prosseguia. O Rei não planeava de momento passar a África, mas manteria os seus fronteiros ocupados com razias a partir de Ceuta e Alcácer, embora a realidade no terreno aparente ter sido diversa. Esta missiva era mais uma engrenagem na subtil difusão de uma das matrizes da política externa portuguesa.¹⁹

A nota final prende-se com a comunicação ao Rei de França do passamento do filho segundo do Infante D. Fernando, que era irmão do Rei. Lopo de Almeida não refere o nome do filho, mas, evidentemente, dado que D. João, D. Diogo e D. Duarte continuaram vivos após 1465, teria de ser ou D. Dinis ou D. Simão, de quem Caetano de Sousa apenas informa terem morrido de tenra idade.²⁰

Nada mais sabemos sobre a continuidade desta troca de correspondência, tão solitário quanto invulgar é o nosso documento, na medida em que não se conhecem semelhantes relações epistolares entre um súbdito português e um rei estrangeiro numa esfera pessoal. Quando a carta chegou ao seu destinatário, Luís XI, este enfrentava já um recrudescimento da oposição interna, a “Ligue du Bien Public”, fomentada em meados de Março desse ano de 1465 por Carlos, o Temerário, juntamente com o Duque de Berry, irmão de Luís XI e seu herdeiro, e com o apoio de outros senhores feudais.²¹

Quanto a Lopo de Almeida, permaneceria ao serviço de Afonso V, sendo enviado em nova embaixada em 1471 a Roma, junto com João Teixeira, para prestar obediência ao Papa Sisto IV, e, finalmente, alcandorado à titulação, agraciado com o condado de Abrantes em 1476.²²

Os cartórios pessoais dos embaixadores medievais portugueses seriam seguramente profícuos em testemunhos semelhantes aos desta singela carta, a maioria deles desaparecida na voragem dos tempos ou ainda em parte incerta, até que um qualquer acaso os traga à luz do dia.²³

¹⁷ Tratava-se de uma nau portuguesa que transportava vinho, capturada por franceses, e sobre a qual Luís XI terá decidido, em finais de 1465, tratar-se de boa presa, em virtude de a França estar aliada ao Rei de Aragão, e consequentemente, em guerra com Portugal, ou seja, a tentativa de Afonso V se posicionar neutralmente não estava a ser acolhida (Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995, p. 57).

¹⁸ Ardian Muhaj, *Portugal e a Coroa de Aragão nos séculos XIV-XV. A Guerra dos Cem Anos e a sua influência na decadência da Catalunha e na expansão de Portugal*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em História Medieval, 2006, p. 62.

¹⁹ Luís Adão da Fonseca, *O condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto, 1982, pp. 158-184, 213-215.

²⁰ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova ed. rev. por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Tomo II, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, L.^{da}, 1946, p. 289. Na Catalunha, o Condestável D. Pedro de Portugal, em 5 e 25 de Março de 1465, respectivamente vinte dias antes e no mesmo dia desta carta redigida por Lopo de Almeida, cria que D. Simão ainda vivia, pois estava disposto a renunciar ao mestrado da Ordem de Avis na pessoa do Infante D. Fernando ou do seu filho D. Simão (Luís Adão da Fonseca, “Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do século XV”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, II Série, N.º 1, 1984, p. 38).

²¹ Olivier Bouzy, *La révolte des nobles du Berry contre Louis XI: Guerre et économie en 1465*, Paris, L’Harmattan, 2006, pp. 12-13.

²² Douglas Mota Xavier de Lima, *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*, Niterói, tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2016, pp. 376-380.

²³ Pensamos no cartório do Barão do Alvito, João Fernandes da Silveira, como se depreende da extensa lista preparada em 1526 dos documentos de natureza diplomática e epistolar encontrados após a sua morte (Diana Martins e Pedro Pinto, “Apontamentos de natureza histórica e genealógica sobre João Fernandes da Silveira, Barão do Alvito, com resumos de escrituras existentes no seu cartório [post. 1659]”, op. cit., pp. 241-244). Cartas de D. João II para o Barão de Alvito existiam no Arquivo da Casa de Alvito, na posse de particulares no âmbito de um inusitado processo de venda dos bens do

(Bibliothèque nationale de France, Ms. Français 20485, f. 92)

13

ANEXO DOCUMENTAL²⁴

Mujto alto *E* possante princepe
E cristianjsimo Rey *E* Senhor

O voso uerdadeiro *E* de voontade serujdor lopo [d a]lme[ida] beijo vosas mãos *E* me encomendo em vosa [me]r[çe] Mujto alto princepe Rey *E* Senhor

Screueo me pierre de [...]que voso secretario a muj[to] gran[de *E*?] boa voontade que m[o]straes a mjm *E* a meu filho joham [lope]z voso uerdadeiro serujdor *E* como disestes que o filharies [por] compadre se la steuera . O que eu Reçebo por muj grande honrra *E* [o] tenho todo mujto em merç[ee] *E* tambem ²⁵ a merçee *E* [graça?] que fazees ao dicto pierre [de que?] se elle mujto louu[ou] *E* que lhe fazees pollo meu [ao?] dicto meu filho *E* prazera a deus que [e]s[to?] *E* as cousas pa[.....]s ²⁶ eu *E* elle o u[.....]mos *E* serujremos aa uosa alteza aa quall em muj[to] [.....] somos .,

Outrosy mujto poderoso Senhor [El Re]j meu Senhor se louuou mujto *E* vo llo Recedeçeo muj[to] o [seru]iço que destes aos seus naturaes da demanda da nao *E* asy do priuilegio que <lhes> destes *E* asy do gran[de] am[or] que sabe que lhe teendes segundo asaz [he] auj[sa]do *E* per [o dicto p]ierre *E* per outros do que eu hey [gram?] prazer .,

M[ui]to alto príncepe nouas deste [Reino ha] poucas que se [...]to que ao presente el Rej meu Senhor sobre[sta] na guerra dos mouros senam per seus front[e]i[ros] em çepta *E* alcaçer *E* o segundo filho do Iffante dom fernando moreo agora .,

de ara[gam] sam grandes nouas de suas Reuol[ta]s de que vosa senhoria sera [a]saz aujsado porque vos mujto [co]marcaã *E* por Iso deixo de uo lo screuer c[re] sse que este verão ala gran[de de]semp[enho] de guerra an[tre] elles .,

Mujto alto Senhor [pe]ço a uo[sa] al[te]za que se queira sserujr de mjm porque tenho mujto [bo]oa voontade a o fazer conheçendo que tenho a ello Razam *E* obriga[çam] o que comprirey com todas mjinhas forças [aju]de me noso Senhor ao quall praza conseruar voso stado *E* pessoa per mujtos annos a seu santo seruiço .,

do crato a xxb de março 1465

Ao mujto alto príncepe *E* mujto poderoso *E* cristianjsimo Rey o Senhor Rey de frança

²⁴ Seguem-se os critérios de transcrição propostos em João José Alves Dias et al., *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987. Muito se agradece a revisão e sugestões de Susana Tavares Pedro.

²⁵ Riscado: “o que”.

²⁶ Riscado: “n”.



CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA